

'VERDADE' E INFORMAÇÃO: POR UMA REALIDADE DO ACONTECIMENTO

'TRUTH' AND INFORMATION: FOR A REALITY OF THE EVENT

Derek Warwick Tavares^a

José Mauro Matheus Loureiro^b

RESUMO

Objetivo: Refletir sobre a necessidade de reconhecer tais fenômenos no interior das práticas sociais que estabelecem o verdadeiro. **Metodologia:** Descritivo, bibliográfico e epistemológico. **Resultados:** Indicam a possibilidade de que os estudos em torno da informação/verdade tomem como referência a postura científica e epistemológica de perguntar: em quais condições a informação/verdade se estabelece como informação e verdade? **Conclusões:** O fundamental não é o que é ou não é informação, como também o que é ou não é verdade; mas, antes, buscar saber sobre quais condições e por quais linguagens, por quais técnicas, instrumentos, estratégias, a informação e a verdade são construídas e atuam, como tal, na nossa sociedade.

Descritores: Verdade. Informação. Informação falsa.

1 INTRODUÇÃO

No interior das problematizações que resguardam os primeiros escritos de Nietzsche encontramos indagações do seguinte tipo: “sob que condições o homem inventou para si os juízos de valor ‘bom’ e ‘mau’? e que valor têm eles?” (NIETZSCHE, 1998, p. 9). Tais indagações se alinham ainda com uma busca por um “conhecimento das condições e circunstâncias nas quais nasceram, sob as quais se desenvolveram e se modificaram” (NIETZSCHE, 1998, p. 12) os valores morais. Seriam, neste caso, formas de investigações genealógicas que atuam como uma ferramenta crítica e analítica dos procedimentos de desterritorialização do pensamento moderno, que, em

^a Doutor em Ciência da Informação. Docente do Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia. E-mail: derek.warwick@ufba.br

^b Doutor em Ciência da Informação. Docente da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: jmmloureiro@gmail.com

nosso caso, tenciona para a necessidade de situarmos o fenômeno da informação e da verdade no campo das práticas humanas e das formações discursivas.

Assim, consideramos que a informação é uma unidade inserida no campo das práticas de poder, envolvida na formação de práticas discursivas, que por sua vez são objetos da “vontade de verdade” (NIETZSCHE, 2001, § 344), que, na concepção foucaultiana, definiria o lugar em que se permite falar ou fazer calar nos mais diferentes domínios, a exemplo da sexualidade, da política, da prisão e do corpo.

Dessa forma, a vontade de verdade como uma necessidade que exprime um “não querer enganar”, aponta para a criação de uma existência que estabelece todo tipo de afastamento do erro, da simulação, do engano, atribuindo relevância moral ao verdadeiro, de modo que nada é mais relevante do que a verdade. Trata-se, então, de uma “necessidade não de que algo seja verdadeiro, mas de que seja tido como verdadeiro” (MACHADO, 2017, p. 108). Ou ainda, que a vontade de verdade seja aquilo que se sustenta e cresce no pensamento metafísico como uma urgência de estabelecimento de uma verdade suprema e imutável.

Nesse sentido, consideramos que a questão da informação e da verdade não escapa da dimensão dos valores, de uma compreensão de que estes não são orgânicos à natureza, mas encontram-se vinculados exclusivamente a nós, homens, como interpretantes morais do mundo. E se, portanto, somos dotados de uma vontade de verdade, é porque, em princípio, somos sujeitos de uma moral. Assim, mais do que reconhecer estes fenômenos a partir de critérios ontológicos e axiológicos, esse estudo busca, a partir de um empreendimento metodológico descritivo, bibliográfico e epistemológico, refletir sobre a necessidade de reconhecê-los no interior das práticas sociais que estabelecem o verdadeiro.

2 VERDADE E REGIMES DE VERDADE

Os estudos da *verdade* situam-se no período das pesquisas foucaultianas correspondentes a um eixo de pensamento denominado *ético* ou

subjetivo, que comporta uma compreensão singular sobre a *verdade*, a partir do momento em que se coloca atento aos “efeitos *de verdade* no interior de discursos que não são nem verdadeiros e nem falsos” (FOUCAULT, 2010a, p. 7, grifo nosso). Trata-se de perceber a *verdade* não como uma coisa em si, mas a partir daquilo que ela promove quando acontece.

No plano geral dos estudos foucaultianos, isto pode ser evidenciado em ao menos três tipos de discursos de verdade ou de veridicção, em que têm-se os discursos de verdade constituintes das *Scientias Sexuales* (2012), pronunciados por um médico; os da criminologia (2004), correspondente ao juiz; e o da loucura (1978, 1998, 2018), com o discurso do psiquiatra. Todos eles perfazem um efeito imediato na subjetivação do sujeito do desejo, do criminoso e do louco. Em ambos os casos, o exemplo do Dr. Leuret demonstra que a verdade é extraída por arbitração: “Não tenta de modo algum convencer o doente; no fundo, está pouco ligando para o que acontece na consciência do paciente. O que ele quer é um ato preciso, uma afirmação: ‘sou louco.’” (FOUCAULT, 2018, p. 4). Tudo isso porque a confissão seria uma das formas por meio das quais seria possível extrair a verdade, pois “em certo sentido, ela é sempre veraz (se for falsa, não será confissão)” (FOUCAULT, 2018, p. 10).

Nesse deslocamento emerge uma nova compreensão dos “discursos”, os quais, além de se constituírem em um conjunto de enunciados – cujo agrupamento forma uma ordem de sentido –, estariam vinculados ao poder enquanto campo de produção externa do discurso, uma vez que: “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 2009, p. 10).

Destarte, a compreensão é que os discursos de verdade irão estabelecer uma matriz de normatividade do comportamento, formas de veridicção que estabelecem uma relação de imposição com o sujeito, até certo ponto autoritária, caracterizando, assim, uma veridicção objetiva. Do outro lado, apresentam-se os discursos de verdade a partir do reconhecimento dos próprios sujeitos e que não dependem de um tipo de saber científico para que possam ser pronunciados, o que lhes garante, ao invés de uma matriz

normativa, o estabelecimento de uma maneira de ser ou modalidade de sujeito, configurando as subjetivações dos sujeitos.

Trata-se, primeiramente, de uma veridicção com a função de objetivar o sujeito a partir do estabelecimento de uma relação de imposição e outra forma de veridicção, em que o foco é subjetivar os sujeitos, baseada em uma relação que se estabelece com consigo mesmo, ou seja, uma relação de si consigo. A veridicção, portanto, será o termo empregado por Michel Foucault para entender as transformações dos processos que conferem, em um determinado momento, um estatuto de verdade a determinadas práticas. Em complemento a esta noção, os regimes de verdade se apresentariam como sendo “aquilo que constrange os indivíduos a esses atos de verdade, aquilo que define, que determina a forma desses atos; é aquilo que estabelece para esses atos condições, efetuações e efeitos específicos”. (FOUCAULT, 2010b, p. 67).

Dessa forma, compreendemos que identificar a verdade é identificar o seu regime, o domínio de compreensão semântica e enunciativa por meio do qual é possível compreender a verdade. Essa perspectiva escapa aos elementos valorativos que tentam julgar ou interpretar se a “verdade” é verdadeira ou falsa, procedendo, neste caso, a um exercício que busca compreender a “verdade” como “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (FOUCAULT, 2010a, p. 10).

É dessa perspectiva que deriva a noção de regime de verdade, presente no pensamento de Michel Foucault a partir de duas caracterizações conceituais possíveis, contidas primeiramente na obra “Vigiar e Punir”, e posteriormente através dos cursos proferidos nas décadas de 1970 e 1980, a exemplo do “Em Defesa da Sociedade”, realizado entre os anos de 1975-1976.

Em “Vigiar e Punir”, estudando as práticas de suplício, punição, disciplina e prisão que configuram a sociedade disciplinar, Foucault irá considerar que no âmbito da justiça criminal, através dos deslocamentos praticados entre os séculos XVIII e XIX, se assiste ao surgimento de um novo regime de verdade que será instaurado a partir das distribuições de papéis e da criação de novos personagens, bem como de um conjunto de saberes, técnicas

e discursos “científicos” que ao se estabelecerem definem uma nova prática do poder de punir, onde, por exemplo, o juiz será isento de “ser pura e simplesmente aquele que castiga” (FOUCAULT, 2018, p. 23).

No curso “Em Defesa da Sociedade” está localizado precisamente a concepção de um regime que opera com “um certo poder de separação verdade/erro.” Avelino (2010, p. 146), neste sentido, compreende que:

Por regime de verdade, Foucault quer indicar a existência de um dispositivo da verdade segundo o qual os discursos não apenas funcionam como verdadeiros, mas também os mecanismos, as instâncias e os modos para distinção entre o falso e o verdadeiro são definidos; os procedimentos e as técnicas para obtenção da verdade são produzidos; o estatuto daqueles que dirão a verdade é definido. Investigar regimes de verdade é descrever o funcionamento político desse dispositivo (FOUCAULT, 2005, p. 1986).

Contudo, observa-se uma forma mais detalhada e concisa de abordar essa noção em entrevista de 1976, “A verdade e o poder”, publicada em *Microfísica do Poder*. Nessa, Foucault argumenta de modo contrário a uma concepção filosófica, supostamente platônica, que prevê a existência da verdade para além da imanência, de “que a verdade não existe fora do poder ou sem poder. [...] A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder” (FOUCAULT, 2010a, p. 10). Assim, ele destaca que:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, **os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro** (FOUCAULT, 2010a, p. 10, grifo nosso).

Foucault reconhece, então, que os regimes de verdade buscam, de algum modo, indicar a existência de um dispositivo de verdade, segundo o qual os discursos funcionam não só como verdadeiros, mas também constituem um conjunto de instâncias, mecanismos, modos e técnicas que são estabelecidos para se obter a verdade. Nesse sentido, “a ‘verdade’ está circularmente ligada

a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem (FOUCAULT, 2010a, p. 10).

Contudo, não se trata de perceber que a verdade está em toda parte, conforme sustentaria o “relativismo epistemológico” denunciado por Avelino (2010), onde a afirmação seria de que existiriam várias verdades, e que se existem várias verdades, todas elas são passíveis de aceitação, ou ainda, que “todo gesto, todo ato, toda fase da vida, todo sujeito, toda cultura, toda sociedade possuem suas ‘verdades’” (BENEVIDES, 2013, p. 64). Mas, pelo contrário, o esforço é para considerar a verdade a partir de um “realismo epistemológico”, que se apresenta como uma tentativa de se afastar desse relativismo epistemológico, na medida em que “não se trata de estabelecer um critério de verdade, mas descrever as articulações obscuras entre o poder político e a verdade na configuração disso que precisamente é chamado o real” (AVELINO, 2011, p. 36).

Dessa forma, o realismo epistemológico seria entendido como:

A perspectiva que não mais estabelecerá uma distinção entre a verdade e os fatos; que não mais poderá dizer que, de um lado, temos os fatos e, de outro, a verdade ou as proposições com valor de verdade; e que, por fim, conceberá a verdade como um fato/acontecimento como qualquer outro. A verdade é real. A verdade é um acontecimento. (BENEVIDES, 2013, p. 63).

Com base nisso, Foucault tenta afastar a verdade do rol dos universais – aquilo que por si só é capaz de explicar tudo –, e ao fazer isso o autor a aproxima das categorias do seu funcionamento, de modo que, ao invés de verificar a verdade como universal, a verdade será vista a partir do seu modo de fabricação e operação, que não é pretérita, tal como fazem os historiadores, como também não é futurista, mas é, sobretudo, do acontecido, daquilo que é praticado na imanência cotidiana. Portanto, é uma recusa do poder da verdade, que reconhece o vínculo político a que estão submetidos os indivíduos, quando se engajam de modo espontâneo perante a obediência à verdade, que os fariam dizer: “se é verdadeiro, eu me inclinarei! Se é verdade, portanto, eu me inclino! É verdade, portanto, estou vinculado!” (FOUCAULT, 2011, p. 71).

Quando se toma a ciência como um fenômeno histórico, imediatamente o “é verdade, portanto, eu me inclino” torna-se muito mais enigmático, muito mais obscuro. Esse “portanto” que liga o “é verdadeiro” e o “eu me inclino” e que dá o direito à verdade de dizer: você é forçado a me aceitar porque eu sou a verdade; nesse “portanto”, nesse “você é forçado, você é constrangido, você deve se inclinar”; nesse “você deve” da verdade existe qualquer coisa que não advém da verdade por ela mesma. O “você deve” em termos de verdade, imanente à manifestação da verdade, é um problema que a ciência por ela mesma não pode justificar e levar em conta. Esse “você deve” é um problema histórico-cultural que creio ser fundamental (FOUCAULT, 2011, p. 72).

A verdade será considerada como uma existência real do acontecimento, não podendo ser localizada em uma posição de destaque por onde emanaria a coerência e adequação dos fatos. Desse modo:

Para o realismo epistemológico, a verdade não é aquilo que permite uma conexão adequada e constitui signo da isomorfia entre fatos e proposições mediante a expressão do sentido (teoria correspondencial da verdade); não é mais o que faz referência a um modo coeso de organização de enunciados tendo em vista uma totalidade (teoria coerencial da verdade); também não mais simplesmente consiste naquilo que agencia as multiplicidades sob o signo da utilidade, da economia ou da razoabilidade (teoria pragmática da verdade); e nem, muito menos, aquilo que nada é, nada acrescenta e nada faz (teoria da redundância)” (BENEVIDES, 2013, p. 64).

Ao trazer a discussão para o nível do realismo epistemológico, da mesma forma que a questão se apresenta no nível sociológico, Foucault perceberá que a verdade não é uma transcendência, mas uma realidade existencial material. Diante disso, nos seus últimos cursos – sobretudo aqueles dedicados ao domínio das práticas –, fica demonstrado que a verdade não pertence apenas ao campo sociológico (realismo sociológico), mas também ao campo epistemológico. Trata-se, então, de uma perspectiva em torno da verdade que a considera não como uma secundidade do fato, ou seja, que a verdade não é a consequência interpretativa do fato, mas que a verdade é coexistente ao fato. Dito isto, é preciso situar, então, a verdade, – e aqui acrescentamos também a informação –, no domínio do real e não apenas das ideias.

Esta perspectiva aproxima os estudos da verdade do campo da imanência, operando análises prévias que buscam saber se o discurso está no verdadeiro ou não. Benevides (2013, p. 44, grifo do autor) considera que estar *no verdadeiro* “significa ater-se a um conjunto de regras, condições e articulações de enunciados; tem relação com a indexação de uma certa racionalidade como um campo sob o qual recaem as proposições de uma ciência”.

Tal abordagem teria por característica trabalhar dentro da dimensão do realismo epistemológico, que reconhece que tanto a verdade quanto a informação poderiam ser operadas e submetidas a uma mesma pergunta: *em quais condições a informação/verdade se estabelece como informação e verdade?* Essa pergunta, que opera no caminho contrário das perguntas do tipo “isso é verdade ou falso?” ou “isso é verdade ou fakenews?”, norteará a discussão ao longo deste artigo.

3 “PÓS-VERDADE”, “FAKENEWS”, INFORMAÇÃO E O VERDADEIRO

No que tange ao fenômeno contemporâneo da “pós-verdade”, expressão que se popularizou na primeira década do século XXI, sob os auspícios da produção e da proliferação das amplas redes de comunicação digital, acessível por meio de equipamentos eletrônicos que suprimem a elasticidade do tempo e do espaço na dimensão do consumo informacional, Santaella (2019, p. 7) considera tratar-se das “circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal” (SANTAELLA, 2019, p. 7). Dunker (2017, p. 35), por outro lado, ressalta que “a ‘pós-verdade’ não é, portanto, o regime de opiniões desenfreadas e do relativismo niilista, [...]. A pós-verdade transfere a autoridade da ciência ou do jornalismo sério para a produção e as opiniões criando certos efeitos”.

Ao lado destas conceituações encontram-se as *narrativas catastróficas* em relação à recepção e aos efeitos das inovações tecnológicas na sociedade,

semelhantes àquelas que Peter Burke descreve quando estuda e descreve o surgimento da imprensa na Europa no século XV.

Os escribas, cujo negócio era ameaçado pela nova tecnologia, deploraram desde o início a chegada da impressão gráfica. Para os homens da Igreja, o problema básico era que os impressos permitiam aos leitores que ocupavam uma posição baixa na hierarquia social e cultural estudar os textos religiosos por conta própria, em vez de confiar no que as autoridades contavam. Para os governos, essas conseqüências mencionadas por Hartlib não deviam ser celebradas" (BURKE, 2004, p. 26).

As tais "conseqüências mencionadas por Hartlib" estão situadas do lado oposto das narrativas catastróficas, e são, portanto, *narrativas triunfalistas* em relação ao mesmo fenômeno.

Samuel Hartlib — um exilado do Leste europeu na Grã-Bretanha que apoiou diversas iniciativas de reformas sociais e culturais — escreveu em 1641 que "a arte da impressão disseminará tanto conhecimento que as pessoas comuns, sabedoras de seus direitos e liberdades, não serão governadas de forma opressora" (BURKE, 2004, p. 26).

Do século XX, é destacado dos anais da história da humanidade a invenção de equipamentos de processamento eletrônico de dados, o que depois viria a ser denominado de computador, e que hoje se amplia para *notebooks, smartphones, tablets*, dentre outros. Mas é, de fato, com a invenção da internet, uma tecnologia de comunicação social operada por equipamentos eletrônicos, que as sociedades ocidentais e orientais vislumbraram os efeitos de seu principal invento, ao modo que as duas concorrem simultaneamente com as principais invenções do século XX. Mas, assim como aconteceu com o surgimento da imprensa gráfica de Gutenberg, tivemos a produção de *narrativas catastróficas* e *narrativas triunfalistas* em relação ao mesmo fenômeno.

Associada aqui como a "*narrativa catastrófica*", Carl Sagan, em livro publicado em 1994, "O Mundo assombrado pelos Demônios", oferece uma questão interessante, de que existiria um tipo de equação muito perigosa quando se posiciona, de um lado, a ignorância científica da população, e, de outro lado, o fenômeno da tecnologia da informação. Sagan tenta demonstrar

que o fracasso das nações decorre da ausência de base científica, não a ciência necessariamente, nem mesmo o cientista, mas a base científica como o método científico. Desse modo, o autor considera que a ausência desse procedimento nas sociedades, associado a realidade contemporânea da comunicação em redes infocomunicacionais, pode promover uma ameaça aos princípios democráticos.

Nós criamos uma civilização global em que os elementos mais cruciais – o transporte, as comunicações e todas as outras indústrias, a agricultura, a medicina, a educação, o entretenimento, a proteção ao meio ambiente e até a importante instituição democrática do voto – dependem profundamente da ciência e da tecnologia. Também criamos uma ordem em que quase ninguém compreende a ciência e a tecnologia. É uma receita para o desastre. Podemos escapar ilesos por algum tempo, porém mais cedo ou mais tarde essa mistura inflamável de ignorância e poder vai explodir na nossa cara (SAGAN, 1997, p. 30).

Resguardada as devidas temporalidades que separam os estudos de Peter Burke (2004) e de Santaella (2019), porém mantendo o mesmo fenômeno de análise – a internet –, e reconhecendo os contextos diferentes por meio dos quais os autores expressam suas considerações acerca da recepção da internet na sociedade, destacamos que na concepção de Santaella (2019, p. 30) “a partir da emergência da internet, da cultura digital e das redes sociais, surgiram novos modos de publicar, compartilhar e consumir informação e notícias que são **pouco submetidos a regulações ou padrões editoriais**” (SANTAELLA, 2019, p. 30, grifo nosso). Essa preocupação já era enunciada por Peter Burke (2004), de que “alguns críticos até temem que a Internet mine todas as formas de **“autoridade”**, afete negativamente o comportamento e ameace a segurança individual e coletiva.” (BURKE, 2004, p. 14, grifo nosso).

Curiosamente, a dispersão das possibilidades de criação, acesso e consumo da informação, em termos de uma “democracia da informação”, acompanha o sentimento ou desejo de uma ordem, e, nesse aspecto, por que não, de uma *ortologia* da verdade, que faria o pensamento agir corretamente em obediência à lógica?

Para precisar mais as coisas, digamos que, se por ortografia designa-se o conjunto das regras que estabelecem a grafia

correta, então, digamos que a ortologia designa o conjunto das regras que estabelecem a justa *logia*, o verdadeiro *logos*, em suma, o pensamento e o discurso corretos: *orto*, do grego *orthós*, designa reto, direito, correto, normal, justo; designa também o princípio, a origem de algo, o surgimento de um astro (AVELINO, 2013, p. 29).

Partindo da compreensão de Santaella (2019, p. 33), de que “quando a confusão e a falta de confiança nas fontes se instalam, as portas ficam abertas para que a desinformação tome o comando”, Araújo (2021), no campo da Ciência da Informação brasileira, lança mão de termos como: *big data*, informação pervasiva, dispositivos eletrônicos de comunicação, lógica de funcionamento dos motores de busca e das redes sociais, e, por fim, desinteresse, para caracterizar aquilo que na sua concepção seria a pós-verdade em conotação cultural.

Uma condição, um contexto, no qual atitudes de desinteresse e mesmo desprezo pela verdade se naturalizam, se disseminam, se tornam cotidianos, normais, e até mesmo estimulados. É essa característica que permitiria se falar numa “cultura da pós-verdade (ARAÚJO, 2021, p. 16).

É, então, a partir desta conjuntura – que envolve atores humanos e não humanos, bem como as propriedades informacionais de estudo –, que o autor considera que, no interior dos estudos do fenômeno informação realizados pela Ciência da Informação, a “condição de ser “verdadeira” nunca esteve entre elas” (ARAÚJO, 2021, p. 26), sendo necessário, nas palavras do autor, propor para a Ciência da Informação a tarefa de “inserir a veracidade da informação como categoria central e, a partir dela, reformular categorias de análise da ciência da informação para o estudo da realidade contemporânea” (ARAÚJO, 2021, p. 26).

No entanto, ainda que não estejam dedicados a oferecer uma condição epistemológica e disciplinar que busque inserir a verdade no campo objetivo, analítico e axiológico dos estudos em Ciência da Informação, outros pesquisadores brasileiros desenvolveram estudos e investigações acerca da temática, descrevendo o fenômeno informacional a partir das condições discursivas e não-discursivas, reconhecendo-o a partir da manifestação dos fluxos, trajetórias e deslocamentos do poder como um dispositivo de

informação que condiciona as formas sociais de perceber, ver e falar sobre a informação em uma determinada época (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 1999; WILKE, 2009). Neste aspecto, a questão da verdade encontrar-se-ia subsumida em sua condição reguladora, ainda que em estado latente.

No escopo desses estudos, Tavares (2015), por exemplo, considera que a informação seria um “dispositivo moderno de uma infopolítica, que tem por principal característica atuar perante os homens na formalização e na condução de suas vivências através de ‘dispositivos de informação’” (TAVARES, 2015, p. 37). Em estudo recente o autor complementa que:

A infopolítica seria um comportamento informacional de natureza política que congrega os elementos do social na busca do estabelecimento, em nossa sociedade, das formas, estruturas, funções, ações, e, portanto, dos regimes de informação, que servem de via não somente de vazão, mas também de produção e circulação de tudo que será passível de ser identificado como informação.

Medeiros (2017), no mesmo sentido, ao compreender a noção de dispositivo foucaultiano e relacionando-o com a informação, o documento e os regimes de verdade, afirma que “o sentido desperto do dispositivo é, assim, a seleção, o agrupamento e a disseminação de potenciais conjuntos informacionais capazes de estatuir latentes ações de informação tomadas como verdadeiras” (MEDEIROS, 2017, p. 167).

Tais abordagens possibilitam considerarmos, então, que não competiria à CI a tarefa de estabelecer o estudo ortológico sobre a informação, para verificar se ela foi produzida e apresentada de acordo com as regras científicas, regras do jogo mercadológico e/ou editorial dos meios de comunicação convencionais (institucionais), ou seja, se ela é “verdadeira”. Tal abordagem implica apenas no reconhecimento da noção predicativa da informação, seja em uma dimensão valorativa, epistêmica, histórica ou social de um determinado fato. Logo, partimos do pressuposto de que, ao considerarmos a informação como um dispositivo, reconhecemos que, diferente de encontrarmos práticas proibitivas ou liberalizantes, encontramos práticas disciplinares que intentam fazer a informação circular livremente, fazê-la expressar-se no interior do social.

Dessa forma, estamos de acordo com o entendimento de que uma atitude crítica acerca da verdade ou da informação não seria a de constituir uma:

'polícia geral' do verdadeiro, ou constituir uma instrumentação suficientemente geral para fixar as condições formais nas quais esses enunciados poderão ser verdadeiros. Trata-se mais de definir em sua pluralidade os modos de veridicção, de procurar as formas de obrigação por meio das quais cada um desses modos vincula o sujeito do dizer verdadeiro, de especificar as regiões às quais eles se aplicam e as esferas de objetos que eles trazem à tona, enfim, as relações, conexões e interferências estabelecidas entre eles. Digamos numa palavra que nessa filosofia crítica não se trata de uma economia geral da verdade, mas sim de uma política histórica, ou de uma história política das veridicções (FOUCAULT, 2018, p. 11).

Partindo dessa perspectiva, consideramos que a informação qualificada como falsa, por exemplo, não carrega em sua ontologia uma dimensão axiológica que a separa, por negação, de outro tipo de informação. Quando produzida, esta informação opera sob as mesmas condições por meio das quais é operado o discurso verdadeiro, ou seja, obedece a um regime de verdade específico. O que se colocaria em análise, seria que a *informação falsa* operaria, talvez, em um regime de verdade diferente daquele que produz o discurso científico ou discurso jornalístico, por exemplo.

Não seria possível, então, considerar ou afirmar que as informações falsas estão situadas no falso (errado), pois, estando situadas em outras condições de produção, circulação e interpretação, seria possível descaracterizar a afirmação de outrem. No entanto, quando posicionado no campo discursivo desse outrem, seria possível perceber a matriz dos argumentos ou estratégias para estabelecer a verdade. Ou seja, não é pelo critério do juízo de valor que se sabe se o que outrem diz é verdadeiro ou falso, apenas reconhecemos que o que outrem diz, de certo modo, atua no verdadeiro do campo discursivo em que outrem está situado. Assim, as informações falsas (*fakenews*) se constituem como predicados valorativos, epistêmicos, históricos e sociais de um determinado acontecimento existencial ou factual.

Essa concepção, basicamente, é uma das questões que Foucault oferece na Ordem do Discurso, quando, mencionando “o caso Mendel”, afirma:

Mendel dizia a verdade, mas não estava "no verdadeiro" do discurso biológico de sua época: não era segundo tais regras que se constituíam objetos e conceitos biológicos; foi preciso toda uma mudança de escala, o desdobramento de todo um novo plano de objetos na biologia para que Mendel entrasse 'no verdadeiro' e suas proposições aparecessem, então, (em boa parte) exatas. Mendel era um monstro verdadeiro, o que fazia com que a ciência não pudesse falar nele; enquanto Schleiden, por exemplo, uns trinta anos antes, negando, em pleno século XIX, a sexualidade vegetal, mas conforme as regras do discurso biológico, não formulava senão um erro disciplinado (FOUCAULT, 2009, p. 35).

Desse modo, quando Mendel escreve sobre a hereditariedade biológica, seus estudos não foram reconhecidos cientificamente, pois não era obediente às regras de produção. A questão, no entanto, não era saber se o que Mendel dizia era verdade ou mentira, mas que aquilo que falava não estava situado no regime de verdade que aceitaria o seu discurso como verdadeiro. Nesse caso, caberia a pergunta: o que se diz tem ressonância naquilo que acreditamos ser verdadeiro? Teríamos, então, que diferenciar o dizer **a** verdade e o **estar no** verdadeiro. Nesse sentido, Benevides (2013) exemplifica esta questão a partir da relação que se pode fazer com os jogos de tabuleiro.

Imaginemos algo como um jogo de batalha naval. Temos um tabuleiro composto por 8 linhas (A, B, C, D, E, F, G, H) e 8 colunas (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8) para cada jogador. Para o início do jogo, cada jogador posiciona 4 navios em seu tabuleiro sem que o adversário saiba quais os quadrantes escolhidos. Em seguida, serão dados os lances com o objetivo de destruir o navio do outro. Lances possíveis: A5, D1, H4. Estar no verdadeiro não implica ter acertado onde está o navio do inimigo. Estar no verdadeiro significa dar um lance em um determinado jogo, obedecendo às regras que ordenam as posições possíveis neste jogo (BENEVIDES, 2013, p. 44-45).

Pela compreensão, quando um participante acerta o alvo do inimigo não significa que o que ele diz (faz) é a verdade. A questão é que, antes mesmo de operar o movimento, o jogador já estava situado naquilo que estamos apresentando como estar *no verdadeiro*, ou seja, ele não poderia usar de outra categoria para identificar o campo do seu oponente, a não ser aquela que se

apresenta no interior das regras que compõe e condicionam a ação do jogo. O jogador teria que, obrigatoriamente, utilizar os eixos “x” e “y” para poder localizar os objetos do seu oponente. Assim, independente de acertar ou não, dele fazer/dizer a verdade ou fazer/dizer o falso, mais importante é o jogador estar situado nesse domínio do verdadeiro.

É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos *no verdadeiro* senão obedecendo às regras de uma “polícia” discursiva que devemos reativar em cada um dos nossos discursos (FOUCAULT, 2011, p. 35).

A ciência, inclusive, é uma das práticas humanas mais fundamentais disso, pois sendo antropomórfica – e aqui nos esforçamos para não a considerarmos sacrossanta (FEYERABEND, 2011) –, tem por presunção não atuar do ponto de vista da verdade, mas do ponto de vista do erro, pois não tem por característica fazer afirmação da verdade, uma vez que as verdades científicas são transitórias.

A veracidade ou dizer a verdade da ciência não consiste na reprodução fiel de alguma verdade que sempre foi inscrita nas coisas ou no intelecto. O verdadeiro é aquilo dito pelo dizer científico. Como reconhecê-lo? Porque nunca é dito primeiro. Uma ciência é um discurso governado por sua retificação crítica (CANGUILHEM, 2005, p. 28, *tradução nossa*).¹

Situamos, então, o paradoxo do ceticismo, que no esforço de ser cético à ciência e à verdade, por exemplo, reconhecerá a sua equivalência cética ao próprio ceticismo.

Aproximando-se de uma noção mais ampla para o regime de verdade, Lorna Weir afirma que, contemporaneamente, o nosso regime de verdade compreende um “composto de conhecimentos verídicos que são radicalmente distintos através da separação de histórias de ciência, governança, religião/política e vida cotidiana.”² (WEIR, 2008, p. 385, *tradução nossa*). Isso

¹ La veridicidad o el decir-lo-verdadero de la ciencia no consiste en la reproducción fiel de alguna verdad inscrita desde siempre en las cosas o en el intelecto. Lo verdadero es lo dicho del decir científico. ¿En qué reconocerlo? En que jamás es dicho primeramente. Una ciencia es un discurso gobernado por su rectificación crítica (CANGUILHEM, 2005, p. 28).

² Which is compounded of radically differing truthful knowledges through the separate histories of science, governance, religion/politics/law, and everyday life (WEIR, 2008, p. 385).

porque, “em nosso regime de verdade contemporâneo, os discursos da verdade podem estabelecer relações estáveis ou podem envolver-se em disputas pelo domínio”³ (WEIR, 2008, p. 369, *tradução nossa*).

Dessa forma, é compreensível que o cenário identificado e denominado de “pós-verdade” seja apenas o sintoma de que não estamos apenas diante de um novo regime de verdade, mas diante de uma crise dos regimes de verdade, que, ao contrário de tentar erradicar a incerteza, busca a neutralidade dos seus efeitos.

Assim, quando estamos situados nesse ponto de vista – da questão da verdade ou dos regimes de verdade –, o que tentamos compreender é justamente o aspecto dos efeitos que a verdade – sendo uma vontade de verdade –, quando operada e tomada como atuação *intrínseca ao verdadeiro*, promove. Desse modo, ao contrário de tentar saber o que ela é, se ela é verdadeira ou falsa, nós buscamos saber qual é o movimento de vontade de verdade que faz com que algo seja verdadeiro. Dito de outra forma, quais são os efeitos que ela promove quando é expressa.

Em suma, trata-se de estudar o dizer verdadeiro, eu diria, a veridicção ao mesmo tempo nas relações humanas, nas relações inter-humanas, nas relações de poder e nos mecanismos institucionais (FOUCAULT, 2018, p. 18).

Dessa forma, não adianta querer negar a verdade da *informação falsa*, afirmando que “*ela não é verdade*”, porque ela simplesmente existe e atua em algum campo do verdadeiro. Não se trata de identificar na informação uma lacuna a ser preenchida pelo estatuto da verdade, mas pelo contrário, trata-se de reconhecer a pluralidade de formas por meio do qual a informação pode ser produzida e circulada como verdadeira no interior do social. Neste caso, seria pertinente saber o que é que causa o aparecimento de uma *informação falsa* e qual é o efeito que ela promove quando está em circulação.

³ In our contemporary truth regime, discourses of truth may enter into stable relations, or may engage in contests for domination (WEIR, 2008, p. 369).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, percebemos que a verdade e a informação não são elementos exteriores, algo que se busca encontrar. Ambos os fenômenos são experiências interpretativas do real, uma vez que podemos situar o real como um domínio operado pela própria linguagem, e a verdade também possui, por característica, essa articulação com a linguagem.

Isso, no entanto, não significa abrir os horizontes para o relativismo, que, em certa medida, argumenta para a negação da verdade. Ao contrário, significa uma tentativa de orientar o pensamento para uma fronteira distante da perspectiva ontológica e valorativa da verdade, e situar o nosso pensamento no campo das práticas, das operações, das efetuações.

Do mesmo modo, essa colocação não tem por característica tentar esvaziar a verdade do campo da discussão, como se fosse atribuir a ela uma dimensão de exagero relativista, que afirmaria que o fato de não existir verdade, logo existiram todas as verdades.

A questão que se colocou é que, no jogo paradoxal da verdade e da falsidade, podemos nos valer da filosofia de Albert Camus, ao afirmar que “compreender é antes de mais nada unificar” (CAMUS, 2019, p. 31), ou seja, não se trata de estabelecer ações de preponderância e anulação, mas, pelo contrário, propor ações de adjunção. De modo que, para compreender o verdadeiro é necessário adjuntar (unificar) a verdade e a falsidade em uma só operação.

Assim, o fundamental não é o que é ou não é informação, como também o que é ou não é verdade; mas, antes, buscar saber sobre quais condições e por quais linguagens, técnicas, instrumentos e estratégias a informação é construída e atua como tal na nossa sociedade, constituindo comportamentos individuais e sociais, políticas estatais e globalizantes em estados modernos. Portanto, mais importante do que definir algo como verdade ou falso é compreender como foi possível que algo se estabelecesse ou fosse reconhecido, em nosso tempo, como verdadeiro.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. A. A pós-verdade como desafio central para a ciência da informação contemporânea. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 13-29, jan./abr. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245271.13-29>. Acesso em: 3 mar. 2021.

AVELINO, N. Governamentalidade e anarqueologia em Michel Foucault. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, n. 74, p. 139-195, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/qMGJx7MbmWrLvrq39t5H3Fx/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 3 mar. 2021.

AVELINO, N. Foucault e a anarqueologia dos saberes. *In*: FOUCAULT, M. **Governo dos vivos**: curso no Collège de France, 1979-1980 (excertos). 2. ed. ampl. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro, Achiamé, 2011.

AVELINO, N. Feudalismo acadêmico. *In*: GODOY, A.; FIGUEIREDO, G.; AVELINO, N. (org.). **Pedagogia, sujeito e resistências**: verdades do poder e poderes da verdade. Curitiba: Prismas, 2013. p. 13-33.

BENEVIDES, P. S. **O dispositivo da verdade**: uma análise a partir do pensamento de Michel Foucault. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2013.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CANGUILHEM, G. **Ideologia y racionalidad em la historia de las ciencias de la vida**: nuevos estudios de historia y de filosofia de las ciencias. Buenos Aires: Amorrortu, 2005.

CAMUS, A. **O mito de Sísifo**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

DUNKER, C. Subjetividade em tempos de pós-verdade. *In*: DUNKER, C.; TEZZA, C.; FUKS, J.; TIBURI, M.; SAFATLE, V. **Ética e pós-verdade**. Porto Alegre: Dublinense, 2017. p. 9-41.

FEYERABEND, P. **A ciência em uma sociedade livre**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FOUCAULT, M. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 18. ed. São Paulo: Editora Loyola, 2009.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Roberto Machado (org. e trad.). Rio de Janeiro: Graal, 2010a.

FOUCAULT, M. O cuidado com a verdade. *In*: FOUCAULT, M. **Ditos & Escritos V**: Ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b.

FOUCAULT, M. **Governo dos vivos**: curso no Collège de France, 1979-1980 (excertos). *In*: AVELINO, N. (org.). 2. ed. ampliada. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2011.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

FOUCAULT, M. **Malfazer, dizer verdadeiro**: função da confissão em juízo: curso em Louvain, 1981. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, v. 5, n. 2, 1999. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/126/1/GomezInformare1999.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2021

MACHADO, R. **Nietzsche e a verdade**. 3. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2017.

MEDEIROS, J. da S. Compreensões sobre o dispositivo: da Informação à via para profanação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 3, p. 158-177, set./out. 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/174287>. Acesso em: 3 mar. 2021.

NIETZSCHE, F. **Genealogia da moral**: uma polêmica. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

NIETZSCHE, F. **A gaia ciência**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SAGAN, C. **O mundo assombrado pelos demônios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SANTAELLA, L. A. **Pós-verdade é verdadeira ou falsa?**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2019.

TAVARES, D. W. da S. **Dispositivos de Informação**: arquivos, memórias e informação. 2015. 82 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/7824/2/arquivototal.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2021.

WEIR L. The Concept of Truth Regime. **Canadian Journal of Sociology/Cahiers canadiens de sociologie**, v. 33, n. 2, 2008.

WILKE, V. C. L. Informação, poder e estado: o dispositivo informacional e as políticas públicas de inclusão digital do governo brasileiro (2003-2008). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: UFPB, 2009.

'TRUTH' AND INFORMATION: FOR A REALITY OF THE EVENT

ABSTRACT

Objective: Reflect on the need to recognize such phenomena within the social practices that establish the true. **Methodology:** Descriptive, bibliographic and epistemological. **Results:** They indicate the possibility that studies on information/truth take as reference the scientific and epistemological literature of the question: On which conditions is information/truth served as information and truth? **Conclusions:** The fundamental is not what information is or is not, but also what is or is not true; but, rather, seek to know under what conditions and by what languages, by what techniques, instruments, information and truth are constructed and act, as such, in our society.

Descriptors: Truth. Information. Fake News.

"VERDAD" E INFORMACIÓN: POR UNA REALIDAD DEL ACONTECIMIENTO

RESUMEN

Objetivo: Reflexionar sobre la necesidad de reconocer tales fenómenos dentro de esas prácticas sociales que establecen lo verdadero. **Metodología:** Descriptiva, bibliográfica y epistemológica. **Resultados:** Indican la posibilidad de que los estudios relacionados a la información/verdad tomen como referencia la postura científica y epistemológica de preguntar: ¿En cuales condiciones la información/verdad se establece como información y verdad? **Conclusiones:** Lo fundamental no es saber "que es" o "no es" la información, así como tampoco saber "que es" o "no es" la verdad; sino conocer en cuales condiciones y a través de cuáles lenguajes, técnicas, instrumentos y estrategias, la información y la verdad son construidas y actúan, como

tal, en nuestra sociedad.

Descriptores: Verdad. Información. Información falsa.

Recebido em: 25.06.2021

Aceito em: 27.09.2021